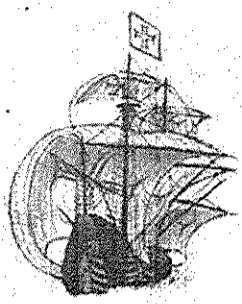


Igreja cobra taxa na região onde bispo Sardinha foi devorado



Caetés teriam comido 91 naufragos, entre eles o primeiro bispo do Brasil, no litoral sul de Alagoas, em 1556



Pescadores na praia do Miá, no município de Coruripe (litoral sul de Alagoas), em que ocupantes de terras da igreja pagam o foro e o laudêmio para a paróquia

ARI CIPOLA
da Agência Folha, em Coruripe

A Igreja Católica da cidade de Coruripe recebe taxas dos moradores do pequeno município. O local foi terra dos índios caetés, lembrados por terem promovido o mais conhecido "banquete antropofágico" do país.

Segundo o pároco da cidade do litoral sul de Alagoas, Pedro Silva, o valor arrecadado atualmente com as cobranças é de cerca de R\$ 1.200 por ano. "É pouco. A miséria que o governo deixou crescer na cidade é maldade maior do que a feita pelos caetés ao bispo Sardinha", disse ele.

Em 16 de junho de 1556, os caetés devoraram o primeiro bispo do Brasil, dom Pedro Fernandes de Sardinha, e 90 tripulantes que naufragaram com ele na região.

Em consequência da ação contra o bispo, os indígenas foram extintos em cinco anos de batalhas determinadas pelo governo português e apoiadas pela igreja. Historiadores definem como "guerra santa" as investidas contra os caetés.

Com o massacre, as terras dos nativos passaram para as mãos dos colonizadores portugueses.

Dois séculos depois da morte do bispo Sardinha, 3.000 hectares foram doados à igreja pelo capitão Pedro Leite Sampaio, em nome de Nossa Senhora da Conceição, a santa padroeira de Coruripe.

Foi nesse momento que se formou o centro urbano do município e que se instalaram na região as fazendas de cana-de-açúcar. Tanto nos terrenos urbanos quanto nos sítios que são de posse da igreja, os ocupantes devem fazer os pagamentos à diocese.

As taxas, legais, são o laudêmio e o foro, cobrados também de ocupantes de terras devolutas da União, embora com valores diferentes. Segundo a igreja de Coruripe, a cobrança dessas taxas acontece em outras cidades do país que se formaram nas propriedades da Igreja Católica.

O laudêmio, que é cobrado a cada transferência de posse, está estipulado em 5% do valor do negócio. O governo tem um imposto semelhante, o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), mas o percentual é de 2%.

O foro é uma espécie de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Em Coruripe, a taxa é calculada pela largura do lote de cada uma das 5.000 casas ou terrenos da cidade. Cada metro custa R\$1 por ano.

Sem o pagamento das taxas, o proprietário do cartório de Coruripe, Jorge Azevedo Castro, não registra a posse em nome do novo morador do terreno.

Coletor

No Pontal de Coruripe, bairro de pescadores localizado a 4 km do baixo de Dom Rodrigo —coluna de arrecifes onde teria batido



e naufragado o navio Nossa Senhora da Ajuda, que levava o bispo Sardinha—, a igreja mantém até um "coletor de impostos" para receber o foro.

"Ganho 25% do que arrecado", disse Antônio Ferreira dos Santos, 53. "Tem gente que me xinga quando vou cobrar o foro. Se todos pagassem, eu ganharia bem."

A igreja chegou a manter funcionários com salário fixo para a tarefa. Eram os "fábriqueiros". Mas, nos últimos 20 anos, a maioria das fazendas foi vendida pela paróquia para posseiros —que transferiram a propriedade das terras para produtores de cana e usinas de açúcar. Hoje, só resta um "fábriqueiro".

Atualmente, a igreja de Coruripe possui cerca de cem hectares, divididos em três propriedades, arrendadas a pequenos produtores de cana. O bispo de Penedo, dom Valério Breda, responsável pela diocese a qual Coruripe está integrada, afirmou que a igreja perdeu o controle sobre a maior parte de suas terras na cidade.

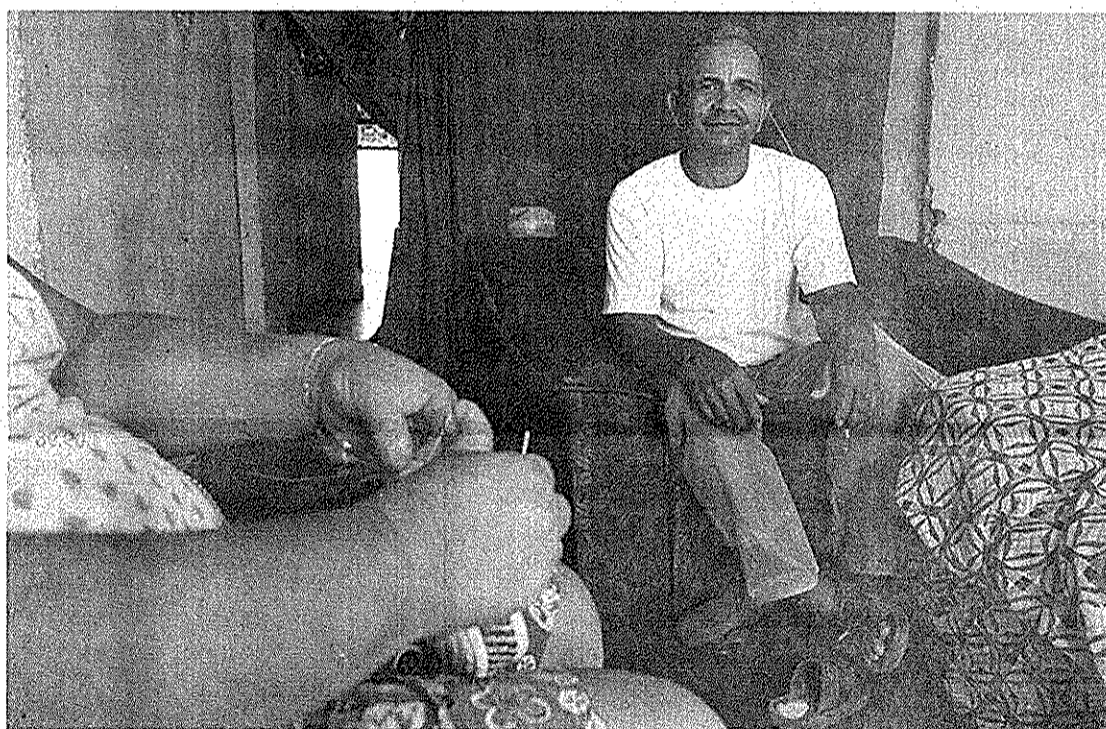
Desde que assumiu a diocese, há dois anos, ele proibiu a venda das propriedades para não dilapidar o patrimônio. "Não há escândalo na cobrança do foro e do laudêmio, que são taxas legais. O Código Canônico determina que temos de manter a vontade dos doadores, que deixaram as terras para a igreja manter seus templos e culto", disse.

Destino do bispo

Apesar de haver versões que negam que o bispo Sardinha tenha sido comido pelos índios, a tese do "banquete" encontra respaldo em documentos históricos, como cartas de jesuítas da época.

Segundo o historiador Douglas Aprato, da Universidade Federal de Alagoas, existe a hipótese de que o bispo tenha sido assassinado por homens da guarda do então governador-geral, Duarte da Costa, a quem Sardinha vinha criticando publicamente.

De acordo com o historiador Moacir Soares Pereira, Sardinha foi devorado por índios, mas não por caetés nem em Alagoas. Para ele, o bispo foi alvo de tupinambás em território sergipano. Há dúvida ainda com relação a possíveis sobreviventes do naufrágio e do "banquete". Relatos indicam que podem ter sobrevivido de três a dez homens.



O "fábriqueiro" Antônio Ferreira dos Santos, 53, que fica com 25% do que arrecada para a igreja

Igreja deu função social à terra, diz bispo

da Agência Folha, em Coruripe

O bispo de Penedo, dom Valério Breda, 55, afirmou que a situação criada pela cobrança de taxas dos moradores de Coruripe (AL) pela utilização das terras da igreja são decorrentes de circunstâncias históricas e sociais que podem ser "modernizadas" a partir de um acordo judicial.

O bispo não considera que a igreja deva passar a propriedade das terras a seus ocupantes sem que haja um ressarcimento financeiro. Para ele, isso feriria o Código Canônico, que prevê que a finalidade da doação recebida pela igreja é a de manutenção do "culto e dos templos".

"Não raciocinamos em termos de piedade, mas em termos de lei", afirmou. "Esses patrimônios

foram perdendo os laços com o santo (em nome do qual era feita a doação), o que nos deixa em uma situação preocupante."

Breda disse que, apesar de não ser uma prioridade da Igreja Católica, ele está fazendo um levantamento da situação das propriedades doadas para a igreja local.

Mas, para mudar o atual quadro, é necessário um consenso entre a igreja e as pessoas que estão com a posse da terra.

O bispo lembra que, com a formação de grandes fazendas em Alagoas durante a colonização, boa parte das cidades se formou em terras doadas em nome de santos. "As terras dos santos católicos foram o único espaço de liberdade, e a igreja deu uma função social e cívica a essas terras. Ninguém conseguia enfrentar o

poder. Por isso, hoje, essas terras não são absoluta propriedade da igreja. O país ainda não vive uma democracia social", afirmou.

Dom Valério Breda admite que pode ter havido má-fé dentro da própria igreja nos últimos anos, nas transações de venda de parte das propriedades.

"Algumas transações foram feitas por meio legal, mas não posso dizer que alguém que tenha zelado por esse patrimônio não tenha cedido às tentações."

Ao assumir a diocese de Penedo, que congrega a paróquia de Coruripe, o bispo proibiu novas vendas definitivas das propriedades da igreja.

"A suspensão das vendas foi para que os bens não fossem extintos de mão beijada", afirmou o bispo. (AC)

Moradores resistem ao pagamento

da Agência Folha, em Coruripe

Os moradores de Coruripe (AL) resistem a pagar as taxas pela utilização das terras cobradas pela igreja da cidade.

"O pessoal só paga quando vai transferir a posse", afirmou o prefeito de Coruripe, Joaquim Beltrão (PMDB).

Segundo ele, o mesmo acontece com as taxas municipais. "A população é muito pobre e ainda é sobretaxada."

Para combater a pobreza dos moradores, vem sendo desenvolvido um programa de geração de renda baseado no incentivo à produção de artesanato.

Para a confecção das peças, os habitantes utilizam palha de coqueiro e de uma palmeira nativa, chamada ouricuri.

Gilvania dos Santos, 31, que consegue faturar R\$ 10 por semana com artesanato, diz que há quatro anos não ganha o suficiente para pagar o IPTU e o foro cobrado pela igreja.

"O IPTU é dividido em três parcelas de R\$ 14. O foro são mais R\$ 11 por ano. Prefiro não pagar nada e comer e vestir. Não sou católica nem sei que religião tenho. Talvez, eu seja só uma sobrevivente", disse Gilvania.

A viúva Maria Doloroso dos Santos, que não sabe a própria idade, vive de vender telhados feitos em palha de coqueiro para os vizinhos. Para sustentar-se e ajudar seus dois filhos e cinco netos, conta também com uma pensão de R\$136, paga pelo INSS.

"Se a terra é da santa, não há porque dar dinheiro para o pa-

dre", afirmou. Ela diz que não paga o foro há seis anos.

A família de José Barreto Beltrão, assessor do prefeito, comprou definitivamente uma propriedade de 200 hectares da igreja há 20 anos. Hoje, as terras estão cobertas de cana-de-açúcar e valem, segundo o cálculo de Beltrão, R\$ 600 mil.

Ademar de Castro Lessa Santos arrenda cerca de 30 hectares e também planta cana. Paga pelo arrendamento 2,5 toneladas de cana por hectare, o que equivale a R\$ 1.200 por ano.

"Só eu e mais dois estávamos pagando. O resto dos produtores já fez acordos vantajosos ou ganhou a posse na Justiça. Estou na propriedade há 25 anos e só não entrei na Justiça porque não tenho dinheiro", contou. (AC)

Intelectual, religioso não gostava dos índios

da Agência Folha, em Coruripe

Dom Pedro Fernandes de Sardinha estudou na Sorbonne (França), não gostava de índios e não conseguiu se adaptar ao Brasil, segundo o historiador Serafim Leite, estudioso da presença dos jesuítas na Colônia.

"Parece-nos que não chegou a compreender a terra. Tendo letras, não se serviu delas para o bem da catequese", disse Leite.

As narrativas sobre o bispo Sardinha são irônicas e ácidas. É acusado de não considerar os índios como criaturas de Deus, o que lhe rendeu a oposição dos jesuítas.

O padre Manoel da Nóbrega, por exemplo, em carta datada de 5 de julho de 1559, três anos após a morte de Sardinha no "banquete antropofágico", o criticou.

"Nosso Senhor quis castigar-lhe (Sardinha) com a pena de morte por aqueles que não amava...", diz o texto de Nóbrega endereçado a seu amigo Tomé de Souza, o primeiro governador do Brasil.

Antes de embarcar no Nossa Senhora da Ajuda, que o conduziu à morte, Sardinha já havia se intriguado com o governador-geral Duarte da Costa. Um dos motivos seria o comportamento "imoral" do filho do governador, que o bispo criticava.

A diocese do Brasil, com sede em Salvador, foi criada em 1551 pelo papa Júlio 2º, a pedido de dom João 3º, rei de Portugal, que nomeou Sardinha para o posto.

A morte do bispo acabou gerando uma tomada de posição mais radical da igreja com relação ao tratamento dispensado pelos colonizadores aos índios.

O historiador Douglas Aprato afirmou que a morte de Sardinha levou a igreja a adotar o princípio filosófico da "guerra justa", o que acabou facilitando o massacre dos índios brasileiros e, anos depois, a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Em 1557, um ano após o ato antropofágico, a rainha de Portugal, Catarina da Áustria, promulgou lei condenando os caetés ao massacre e à escravidão perpétua, por responsabilizá-los pelo sacrifício do bispo. As terras dos caetés eram ricas em pau-brasil.

O historiador Moacir Soares Pereira relata que a "cruel sentença" respaldou a guerra dos caetés, iniciada em 1560 e terminada cinco anos mais tarde. Com a desocupação do litoral sul de Alagoas, começou a se delinear o futuro da região, baseada no latifúndio e nos engenhos escravistas. (AC)